

SOBRE CORPOS QUE IMPORTAM: A POESIA DE AUTORIA FEMININA EM CAMPO POLÍTICO E IDEOLÓGICO

Antonio de Pádua Dias da Silva¹

RESUMO

Neste artigo reflete-se sobre o corpo feminino como matéria poética para entabular questões políticas e ideológicas sobre a (des)valorização de mulheres em sociedades machistas, androcêntricas e, muitas vezes, patriarcais. Parte-se de ideias teóricas embasadas por Judith Butler (1999; 2010) e Alain Touraine (2010). O corpus de análise é composto pelos livros de poemas *As filhas de Lilith* (2009), de Cida Pedrosa, e *Sangria* (2017), de Luiza Romão. Metodologicamente, delimitou-se o corpo negro e o corpo lésbico como escolha para a discussão por serem os mais evidenciados do ponto de vista político e ideológico no corpus. A linguagem dos poemas analisados denuncia a inferiorização de mulheres ao longo dos séculos e possibilita um empoderamento feminino pela construção de si através da consciência corporal.

Palavras-chave: Corpo e poesia. Corpo negro. Corpo lésbico. Empoderamento feminino.

ABSTRACT

In this article, reflects on the female body as a poetic subject to address political and ideological questions about the (un)valorization of women in sexist, androcentric and, often, patriarchal societies. Starts from theoretical ideas based on Judith Butler (1999; 2010) and Alain Touraine (2010). The *corpus* of analysis consists of the poem books *As filhas de Lilith* (2009), by Cida Pedrosa, and *Sangria* (2017), by Luiza Romão.

1 Graduado em Letras – Português pela Universidade Federal da Paraíba, leciona Teoria da Literatura na Universidade Estadual da Paraíba. Professor e Pesquisador de estudos de gênero e sexualidade do Programa de Pós-Graduação em Literatura e Interculturalidade (UEPB). Doutor em Letras pela Universidade Federal de Alagoas, com tese de doutoramento sobre a condição do sujeito pós-moderno. Concluiu pós-doutorado em Literatura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro com tese sobre personagens mulheres que vivem o dilema de sobreviver à ordem patriarcal e de se libertar para a construção de si. Autor e organizador de vários livros sobre questões de mulheres, gays e lésbicas, além de artigos publicados em diversas revistas científicas do Brasil. Escreve contos e romances homoeróticos. E-mail: magister.padua@hotmail.com.

Methodologically, the black body and the lesbian body were defined as the choice for discussion because they are the most evidenced from the political and ideological point of view in the *corpus*. The language of the analyzed poems denounces the inferiorization of women over the centuries and enables female empowerment through the construction of the self through body awareness.

Keywords: Body and poetry. Black body. Lesbian body. Female empowerment.

Introdução

Os estudos de gênero consorciados aos estudos feministas, sobretudo no Brasil, têm desenvolvido, ao longo de décadas, várias reflexões sobre práticas culturais de mulheres nas relações com os homens, com a sociedade civil, com o corpo e a maternidade, com o desejo, papéis de gênero e sexualidade. Trata-se de temas algumas vezes polêmicos, como o aborto, o exercício da sexualidade, a aderência a práticas sexuais não fixas e fora do padrão heterossexual. Tudo isso coloca em evidência profundas feridas culturais que marcaram as mulheres ao longo dos séculos e que as fazem, hoje, buscar utopias de saídas mais justas para a felicidade individual, para o exercício da cidadania mais pleno.

Quando voltamos o olhar para as mulheres de ontem, comparando-as às de hoje, às que transitam fácil e independentemente pelos espaços públicos e privados, temos uma real noção do ganho político que tem sido a construção de um novo modo de as mulheres superarem fortes vestígios da ordem patriarcal, como ainda as atuais práticas de controle e punição dos corpos, seja através do abandono de mulheres que engravidam e não encontram o apoio necessário da outra parte, seja através da violência doméstica que, em muitos casos, desemboca em feminicídios, em graves perturbações psíquicas contra elas.

Jornais de notícias, telejornais, blogs, sites especializados, movimentos feministas e ativistas são meios de divulgar, denunciar, chamar a atenção da sociedade para essas práticas que mais prejudicam do que empoderam mulheres em seu cotidiano. Como se trata de suportes e gêneros específicos de matérias e notícias, pode-se pensar que, por se tratar de assuntos restritos ao âmbito da violência desencadeada a partir de uma relação interpessoal ou política e ideológica, outro meio ou gênero discursivo não seria apropriado para problematizar questões dessa natureza. A poesia, por

exemplo, poderia não ser pensada como configuradora desse tipo de assunto, uma vez que sempre esteve atrelada à noção do *belo*, e reflexões sobre violência transitam numa ordem contrária a esse valor. Mas há de se ter em mente que a *estética do feio* também já foi e continua sendo matéria literária, artefato poético, como fizeram Carolina Maria de Jesus, Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, João Cabral de Melo Neto, artistas esses que, ente tantos outros, tomaram o assunto ordinário do cotidiano como base para a criação de sua poética.

Pensar o cotidiano feio e sujo como matéria poética não é algo novo, apenas incorporado em determinado momento às letras com valor afirmativo. Todavia, pensar esse mesmo feio e sujo, politicamente falando, como matéria de denúncia em versos de beleza, é algo que precisa ser apreendido por leitores interessados em praticar o exercício da reflexão e aprender a admirar como a poesia é capaz de elaborar jogos linguísticos que filtram uma dor feminina (a dor política e social imputada a mulheres, sobretudo, a mulheres brasileiras) e a desvela ou a revela em tons de graça, de melodia, de imagens, de ideias. Trata-se de poemas que carregam em si uma filosofia própria de luta, de reivindicação, de denúncia. E a poesia se coloca como processadora e meio desse modo de se fazer dizer, de se fazer visível, de evidenciar o feio da história através do belo da poesia.

O objetivo do artigo é refletir sobre esse *modus operandi* da poesia escrita por mulheres que trazem à tona denúncias de maus-tratos, de desimportância e sujeitamento dos corpos femininos aos homens durante séculos. Delimito como corpus de análise os livros de poemas *As filhas de Lilith*, de Cida Pedrosa (2009), e *Sangria*, de Luiza Romão (2017), recorrendo a imagens do poema “Resumo”, de Adélia Prado (1991), para mostrar como o corpo feminino tem sido evidenciado nos poemas dessas autoras para defender a ideia de que, na escrita dessas obras, os corpos importam. Importam, na acepção de Butler (2010), no sentido de que a sociedade heterossexual havia tornado o corpo feminino um objeto de uso para dele desfrutar sem com ele se importar. Vistos sob a ótica feminina (e feminista), os corpos importam enquanto subjetividade, matéria de si, de vida, de valor social, cultural.

A questão sexual e de gênero, as relações estabelecidas entre as mulheres e seus corpos, os corpos femininos como matérias orgânicas manipuláveis por homens e por sociedades machistas vem a ser a matéria bruta tornada vida pela poesia das escritoras citadas. As questões políticas e ideológicas são tecidas enquanto matéria poética de forte reflexão histórica, filosófica, cultural, dentre outras. Em alguns casos, o jocoso e o paródico também comparecem, como na poesia de Hilda Hilst (apesar de a poesia dela não fazer parte do corpus de análise deste artigo). Percebe-se

em *Bufólicas* (2002) um modo de brincar com essa matéria tantas vezes tornada desimportante e elevada ao grau máximo de importância com o ludismo, o jogo linguístico, o estilo parodístico. Toda a ideia defendida toma como base pressupostos teóricos de Judith Butler (1999,2010), de onde extraio a expressão “corpos que importam”, e Alain Touraine (2010), que defende a construção de si das mulheres pelo corpo, pela sexualidade.

A construção de si através de corpos que importam

O corpo feminino tem sido motivo de estudos em vários campos do conhecimento, passando das elucubrações históricas e antropológicas às discussões psicanalíticas, feministas, culturalistas, políticas. Um vetor que adianta ou coloca em primeiro plano esse tema, aqui e ali, recai na imagem da violência sobre e contra a mulher. E essa prática incide diretamente em questões que são o baluarte da visibilização da imagem: o valor ou importância dada ao corpo, à vida das mulheres, em sociedades como a brasileira, ainda contaminada de ranços patriarcais e machistas. A literatura, por sua vez, não consegue ficar distante dessa discussão como provável agenda política, principalmente na escrita feminina, objeto de discussão neste artigo.

Parece haver uma tradição brasileira, mas ainda não bem especulada e explicada, a meu ver, de representar esse tipo de prática masculina contra as mulheres, seja pela violência simbólica, como já pensou Cunha (2011), seja pela violência física, como já discutiram Bedasse (1999) e Santos (2008). Não estou polarizando os tipos de violência cometida contra as mulheres, apenas tratando de discussões acadêmicas que pensaram a prática discutida nessa perspectiva. Um dos primeiros “tratados” sobre esse tipo de violência (histórica e simbólica) contra mulheres encontra-se no ensaio de Sant’Anna (1984), quando discute as relações tecidas na relação homem-mulher (ou do homem para a mulher, porque o fator reciprocidade ou anuência dos envolvidos é negado nesse tipo de relação) veiculadas pela e na literatura brasileira: os corpos femininos, objetos de desejo masculino, são interpretados à luz da metáfora canibalesca, sem rito algum, apenas no ritmo do desejo de um sujeito (macho) sobre o seu outro (fêmea), sendo esse outro equalizado a objeto de uso.

Ao sentir a discussão eivada de miasmas de ideologias de gênero centradas numa perspectiva que favorece um grupo de sujeitos (homens) em detrimento do outro grupo (mulheres), questiono em que alicerce se funda essa sociedade: se em alicerce moral, político, econômico, ideológico, uma vez que nem mesmo aos demais outros oponentes da figura central do masculino é oportunizada a possibilidade de existência, de manifestação,

de expressão, de existência. Se as mulheres, nessa agenda política, com- parecem como sujeito abjeto² e menor, sem importância, os corpos traves- tis, transgênero, homossexuais e lesbianos, por exemplo, são postos numa posição de inexistência, fora do discurso: as *belles lettres* reservaram-se o direito de não “poluir” suas escritas com corpos “moralmente derrotados”.

Violências física e simbólica me fazem pensar nas discussões de Butler (1999; 2010) e Touraine (2010). Da primeira, me aproprio do conceito de corpos que importam nas questões de gênero, discutidas em ambos os li- vros. A não importância atribuída ao gênero-corpo feminino torna esse sujeito presa fácil dos que ocupam lugares de poder para manipular as mulheres a seu favor. Do segundo é a noção de construção de si para que o corpo passe a importar, a ter valor e legitimidade, mesmo na contra- mão de discursos operantes no sistema social favorecedor do masculino. A construção de si, pelas mulheres, na crítica do sociólogo, só é possível pelo conhecimento e domínio do corpo, pela autogestão do corpo, da corpo- ralidade, do eu. Nesse caso, em momentos históricos como aqueles a que Sant’Anna (1984) faz menção, parece ter sido impossível, porque as polí- ticas corporais fundavam-se na inteligibilidade feminina sob a tutela do dirigente supremo da família, do trabalho, da escola, das ruas: o homem.

Se os corpos femininos não importavam para o sistema patriarcal, não tinham um valor amplo constituindo várias instâncias da existência do sujeito, as violências física e simbólica eram constantes recursos usados para negar quaisquer possibilidades de pensamento sobre a reivindicação desses lugares pelas mulheres. Essas violências foram e ainda são tática- cas de intimidação do outro, de sequestro de vozes³ e ações que possam desencadear críticas ou questionamentos ao *status quo*. Logo, os corpos fe- mininos no século XIX e em quase todo o século XX pareciam projetados para, no dizer de Adélia Prado, “aceitar ser dispensável”⁴ numa estrutura que toma o corpo unicamente feminino como objeto de despejo da vontade sexual masculina e, por consequência, da gestação da prole que adqui- re sentidos mais para o homem do que para a mulher: a maternidade só

2 O conceito de abjeção, de Julia Kristeva (1980), será retomado de modo analítico mais adiante.

3 A noção de voz e/ou discurso sequestrado, de Donald Shüler (1989), reafirma-se sobre uma prática de calar pessoas e grupos minorizados, quando estas ameaçam, de alguma forma, sua inserção em estruturas de poder. Para evitar reivindicações por parte dessas pessoas e/ou grupos, grupos majoritários investem no sequestro de vozes, discursos, impedindo ou impossibilitando sua audição e visibilidade.

4 Do poema “Resumo”. Todas as citações desta autora, ao longo do artigo, foram extraídas desse poema: “Gerou os filhos, os netos/ Deu à casa o ar de sua graça,/ E vai morrer de câncer./ O modo como pousa a cabeça para um retrato/ É o da que, afinal, aceitou ser dispensável./ Espera, sem uivos, a campa, a tampa, a inscrição:/ 1906-1970/ SAUDADES DOS SEUS, LEONORA”.

se torna uma bênção, neste caso, para que não haja insurgência contra a educação dos filhos, que garantirão a geração biológica do homem e os herdeiros culturais e econômicos do mesmo.

O livro de Luiza Romão, nesse sentido, traz à tona várias narrativas através de poemas elaborados num modo linguístico artisticamente pensado, complexo do ponto de vista de quem revisita a história da mulher, enquanto objeto e abjeto, no Brasil. *Sangria* (2017) é um livro que resgata a história da mulher brasileira a partir de uma voz feminina que põe à mostra o corpo de mulheres, principalmente de mulheres tornadas sem importância em questões de subjetividade, de desejo. De acordo com Amorim (2017):

O formato do livro e a organização dos poemas seguem o mote do calendário: a lombada não é na esquerda do livro, mas na parte de cima, como nas folhinhas de mês. Seus vinte e oito poemas são marcados não por números de página, mas em negrito na miniatura de calendário no canto superior direito das páginas. Vinte e oito dias como no ciclo menstrual (e, ironicamente, como no mês mais brasileiro de todos, Fevereiro, tempo de carnaval e de Iemanjá).

Estes vinte e oito dias são divididos em seis partes, que fazem o percurso da formação histórica do Brasil, passando pelas primeiras memórias de uma mulher brasileira, chegando à história recente do Brasil em que esta mesma mulher faz um chamado feminino à luta. (s.p.)

O livro, do ponto de vista estético e de conteúdo, traz consigo essa imagem já posta por Amorim. A capa, as imagens que ilustram os poemas, a disposição gráfica destes, os conteúdos que entremeiam as linguagens verbal e visual, com um centramento nas silhuetas em preto e vermelho (preto da cor da pele, vermelho da menstruação, da violência, da vida que sangra) dão ao leitor motivos para querer ver a genitália feminina no corpo do texto, anunciada na capa. Ver no sentido de entender como se estabelece a tensão da linguagem sobre corpos femininos, sexo de mulheres na história do Brasil, filtrada pelo olhar da artista Luiza Romão. Leiamos o primeiro poema que nos serve de mote discursivo sobre corpos que importam.

DIA 9. 1ª MENSTRUÇÃO

quando virei mocinha
não teve luxo
não teve pompa
só as trompas
anunciando sangue

“será vermelho seu caminho
pisado quando roxo
sempre novo
mês a mês
por entre as pernas
escorrerão as partes”

então vieram os modes
as modas os modos
de cruzar os pés
maquiar a boca
calar a palavra
“mocinha diz sempre pelo avesso
faz ciúmes esconde o jogo
Olhar oblíquo atrás do moço”
(nem ouço, ousou)

“conselho dobrado no sutiã
santo virado pra baixo”
pra mocinha não levo jeito
falta mão
sou seios livres
sem fotodepilação

dos saltos
só conheço os que fazem voar
tenho fúria muita
e infâmia sem pesar
quando virei mocinha
não queriam abas
patas-fincadas
mas sou ave de rapina
do anjo
roubei as asas
(ROMÃO, 2017, pp. 41-2.)

Tradicionalmente, o corpo de mulher, na cultura ocidental brasileira, adquire dimensão adulta, “racional” quando atinge a menarca, rito de passagem de um estágio infantil e dependente para um adulto e, talvez, a depender do contexto histórico, de autonomia, independência individual. Em culturas de tratamento arcaico dado às mulheres, como aconteceu no Brasil, a menarca significou a entrada do corpo criança no corpo adulto, pronto para gerar filhos, como se todos os corpos femininos, pelo fato de

menstruar, pudessem garantir a aptidão biológica e psíquica para procriar; como se a geração de filhos fosse necessidade e desejo de todas as mulheres. O casamento, como já afirmara Beauvoir (1990), foi, para a maioria das mulheres ocidentais, o seu destino, a sua felicidade que não podia ser construída por si: a felicidade delas só era possível nos outros (eles). O homem fazia a mulher feliz.

A voz do poema estabelece um modo dual de perceber o sujeito mulher em seu corpo: um olhar histórico e ideológico atravessado por contingências de gênero e de manutenção de uma posição social centrada na figura do homem como a ordem, e da mulher como o outro e objeto dessa ordem, ao mesmo tempo que, na voz lírica que debulha a narrativa contada, exige para si uma inteligibilidade fora do modelo de abjeção, do corpo objeto, matéria de vigilância e punição⁵. A voz que fala no poema, voz de mulher (que “pra mocinha não levo jeito”) politizada, ativista (“sou ave de rapina”), militante reivindica o seu lugar de construtora de si, negando as regras estabelecidas discursivamente para os sujeitos generificados. Assim “vieram os modes/ as modas os modos/ de cruzar os pés/ maquiagem a boca/ calar a palavra”.

Veja-se que o lugar de fala é um lugar de contestação de uma ordem. Os antigos manuais das moças ou etiqueta para moças são referidos negativamente (“mocinha diz sempre pelo avesso”), porque estabeleciam lugares fixos para aquelas que se tornavam *moças*. O absorvente (“modes”, originalmente grafado *modess*, chega ao Brasil como absorvente higiênico em 1930), as modas, a etiqueta da boa moça (“cruzar pés/ maquiagem”), tudo isso desembocava no sequestro da voz dessas mulheres assujeitadas (FOUCAULT, 1988) a esse sistema (“calar a boca”). O corpo feminino, nessa lógica, era interrompido, interditado, sequestrado (SCHÜLER, 1989), tornado sem importância ou, de outra forma, a importância dada ao corpo feminino estabelecia-se numa proporção direta ao cumprimento dos interesses masculinistas que requeriam, necessitavam de um corpo sadio para “gerar os filhos, os netos e dar à casa o ar de sua graça” (PRADO, 1991, p. 15).

Longe da abjeção e da desimportância histórica dada às mulheres, Luiza Romão rompe essa lógica, estabelece um discurso contestatário e, ao invés de injuntivamente “aceitar ser dispensável” (ibidem), elabora para as mulheres uma utopia de saída bastante considerada hoje: “nem ouço, ouso”. O corpo, logo, como matéria poética se desenvolve num jogo de palavras cujos sentidos se aproximam, como numa brincadeira paronímica.

5 Sempre que eu usar a expressão “vigiar e punir”, estarei diretamente me referindo ao livro de Michel Foucault (1987).

Paronímia é um processo linguístico através do qual se enxergam palavras com sentidos diferentes mas de valor gráfico e sonoro parecidos. No caso de Luiza Romão, o jogo paronímico se estabelece quando, diante de radicais próximos, põe em xeque dois grupos de palavras em que se estabelece a relação paronímica: grupo 1: “modos, moda, modos” e grupo 2: “ouço, ousó”.

Aparentemente uma brincadeira simples, mas, vista sob a ótica política e ideológica, trata-se de uma construção complexa de se estabelecer, no contexto narrativo do poema em que a voz que fala reflete a condição de abjeção e objetificação dos corpos femininos na história brasileira, o avesso dessa história, com um aparelhamento linguístico capaz de surtir efeito denunciador e de chamamento de mulheres para a aderência ao modo politizado de se construir, se sentir, ser e estar neste mundo. Observe-se que o primeiro grupo de palavras é construído numa perspectiva imperativa, ordenadora, impositiva. Fala da necessidade da menina que acaba de “virar moça” em obedecer cegamente aos postulados sociais que requerem desse indivíduo um modo organizado de viver à luz dos pressupostos patriarcais, machistas ou androcêntricos com o fim último de “calar a palavra” delas.

Tornar as mulheres corpos sem órgãos⁶, exceção feita aos órgãos de prazer (sexuais) e de procriação (útero), era, poderia ser dito, o grande estratégia das políticas masculinistas, androcêntricas e/ou machistas que sempre as colocaram em lugares sociais menores, tornando-as vítimas inclusive de si mesmas, modo de emparedá-las para que, constrangidas, sem voz, sem motivação, não pensassem em empoderamento. Daí a fala crucial da voz poética em Luiza Romão: “nem ouço, ousó”.

O “(não ouço, ousó)”, veja-se, é grafado entre parênteses. Esses sinais auxiliares da escrita geralmente comparecem em enunciados com um valor menor, porque não fazem parte do enunciado central, mas são tomados como elementos acessórios. Nos contextos discursivos escritos, podem ser usados com valor explicativo, apositivo e, em outros momentos, devido a esse valor informacional ser bem reduzido, podem ser expletivos. Isso revela que a força da voz, no caso do poema em tela, vem meio calada, abafada, sufocada, presa, todavia enunciada na contramão do discurso contestado. Irrompe com tamanha força que é exatamente essa fala sufocada que sobressai no poema. Entre parênteses, a fala explode. É sobre essa fala quase calada que o olhar do leitor do poema vai pairar para refletir.

6 Não no sentido dado por Deleuze e Guattari, que filosofam de modo afirmativo sobre essa expressão, uma vez que o “corpo sem órgão” seria um devir. “Onde a psicanálise diz: pare, reencontre o seu eu, seria preciso dizer: vamos mais longe, não encontramos ainda o nosso CsO [corpo sem órgão], não desfizemos ainda suficientemente nosso eu” (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 11).

O segundo grupo de palavras parônimas, por assim dizer, destoa ou detona o discurso caudilhoso. Helena Parente Cunha escreveu o romance *As doze cores do vermelho* (1988). Nele, a protagonista convive, desde a infância, com as situações de ensinamento do bom comportamento. Ouve duas vozes: as “vozes de cá”, ordenando, ensinando ou educando a protagonista a ficar no lugar já estabelecido, e as “vozes de lá”, chamando-a para *ousar* sair do lugar-comum e estabelecer uma outra ordem, a partir da construção de si pelo corpo (TOURAINÉ, 2010).

Nesse sentido, parece haver uma sintonia entre autoras no que concerne às discussões sobre os corpos que importam para elas, os corpos femininos, ideia que transita na contramão dos discursos e práticas culturais que tradicionalmente alocam as mulheres em espaços culturais fixos, impedindo-as de se movimentar e, nesse jogo, buscam “calar a palavra” delas, sequestrando-lhes o discurso, tornando-as *afásicas* (sem voz), não empoderadas (ter voz significa negociar poder), objetos de uma economia política e cultural de interesse exclusivo do poder machista (sustentado por sujeitos que pensam). Os corpos femininos, devidamente instalados em economias desse tipo, não conseguem se materializar e adquirir importância, conforme adiantou Judith Butler em entrevista:

Corpos que não importam são corpos “abjetos”. Tais corpos não são inteligíveis (um argumento epistemológico) e não têm uma existência legítima (argumento político ou normativo). Daí, não conseguem se materializar. Entretanto, você argumenta que os corpos abjetos também “existem”, isto é, como um poder excluído, disruptivo (...) corpos que não conseguem se materializar podem mesmo assim “ser” corpos? (...) não seria mais adequado dizer que, embora corpos abjetos sejam construídos, tenham se materializado e adquirido inteligibilidade, ainda assim não conseguem ser qualificados como totalmente humanos? Em outras palavras, não seria o caso de dizer que corpos abjetos importam ontológica e epistemologicamente, mas ainda não são considerados num sentido político-normativo? (PRINS; MEIJER, 2002, p. 160.)

A fala de Butler (presente em ideia também em *Cuerpos que importan*, 2010) caminha proporcionalmente, em seu sentido, para a ideia que desenvolvo aqui, a de que os corpos femininos mantidos e interpretados pela lógica patriarcal e machista não se materializavam porque não importavam politicamente ao sistema sustentado pelo poder masculinista, salvo enquanto objeto favorável ao desenvolvimento existencial, político, ideológico e cultural do homem. Sendo assim, o tratamento dado à mulher

é o de corpo abjeto, corpo objeto, corpo desimportante, com vida necessária unicamente para suprir o apetite sexual do sujeito (a lógica do canibalismo amoroso reportado por Afonso Romano de Sant'Anna, 1984) e parir filhos (“gerar os filhos e netos e dar à casa o ar de sua graça”, no dizer de Adélia Prado [1991, p. 15]).

O livro de poemas de Luiza Romão inicia a trajetória do corpo feminino a partir do Brasil Colônia. As metáforas de sujeição da mulher são vivas, sangram, porque não são apenas palavras que reiteram séculos de dominação masculina (BOURDIEU, 1999), são poemas consorciados a imagens retratadas em cenas de violência, seja ela simbólica ou física. Politicamente falando, Luiza Romão estabelece comparações entre a terra do Brasil e o seu colonizador⁷, dominado por uma economia estrangeira, subordinada a leis do sujeito, sendo ela, a terra-mulher, o outro dessa relação, figurando em situação precária, menor, invisível, não materializável como sujeito. Todavia, como nos demais poemas da mesma autora, ao concluir cada texto, a voz lírica e política que fala reserva-se o direito de encenar a sua posição empoderada, de sujeito que se faz a si pelo corpo que importa: “pra mocinha não levo jeito (...)/ do anjo roubei as asas”.

Contrariando a lógica denunciada, a voz feminina que “canta” no poema torna materializado o corpo feminino, no momento em que toma para si a construção de seu destino, lendo e interpretando a si dentro de uma conjuntura política e ideológica em que as mulheres em seus corpos fazem sentido, importam e, para isso, empoderam-se do feminino, sem que isso possa ser visto como uma relação de luta de gênero em que mulheres se opõem aos homens. Distante dessa esfera interpretativa, as mulheres buscam para si o direito de existirem enquanto sujeitos de si, embora assujeitados (FOUCAULT, 1988), como os homens ou como os demais sujeitos de uma cultura, às leis que governam os indivíduos em sociedade. E se ainda não se percebem em igualdade de direitos, em tratamento igual de gênero, ou empoderadas, estão em luta, buscando alcançar esse patamar que, de certa forma, já foi revertido várias vezes, em inúmeros aspectos, em poucas décadas, quando se toma como parâmetro milênios de história de objetificação das mulheres.

O lugar do corpo na poesia de Cida Pedrosa (2009), na mesma linha de pensamento de Luiza Romão, encontra guarida na voz feminina que

7 Evidente que a discussão não cabe neste artigo, mas estou ciente de que tratar do processo de colonização do Brasil no singular não soa adequado, visto que não apenas portugueses, mas franceses e holandeses, por exemplo, utilizaram-se da política do ganho de terra para nela plantar sua cultura, impor seu regime econômico a serviço da metrópole. Nesse sentido, creio, Luiza Romão fala de modo geral, talvez mais especificamente referindo-se ao colonizador português.

“canta” cada poema como entoado para ser lembrado como lição. Aparentemente uma matéria banal, corriqueira, o corpo feminino tomado como nota poética incita o leitor a refletir sobre essa matéria que importa, em outros momentos históricos indefinida, mas que alcança valor diferente e afirmativo quando mulheres irrompem a corporalidade em poesia-reflexão. O poema de Cida Pedrosa que segue, longe da lógica masculinista de perceber os corpos em seu contrário, lógica binária questionada e criticada por Judith Butler (1999, 2010) e tantos outros estudiosos de gênero, traz em seu arcabouço linguístico outra possibilidade de viver a corporeidade feminina, sem pecado, sem a ideia pejorativa de abjeção:

angélica

o pênis de angélica
era de plástico
passou a vida a esfregar-se no espelho

eis a sina
mulher ou homem

injusto desígnio
para quem precisa-se
inteiro por entre as coxas

voz rouca sob os lençóis
desejo de iguais
porra
bocetas também são objetos de encaixe
(PEDROSA, 2009, p. 17.)

Como há de se notar, a poesia de Cida Pedrosa toma como matéria linguística, em “angélica” especificamente, o corpo considerado pela lógica conservadora como contrário, invertido, desarmônico (“eis a sina/ mulher ou homem”). Mas nem por isso inexistente. Abjeto, pode até ser por muitos considerado, mas materializável, importante. Dentre tantos discursos negadores do desejo de um corpo por outro igual, uma vez que a lógica estabelecida sempre fora a do endereçamento de um corpo pelo seu diferente, encontra o pensamento pitagórico que, segundo Eco:

Para os primeiros pitagóricos a harmonia consistia, além da oposição entre par e ímpar, naquela entre limitado e ilimitado, unidade e multiplicidade, direita e esquerda, masculino e feminino, quadrado e retângulo, reta e curva e assim por diante, mas tudo leva a crer que para Pitágoras e seus

discípulos imediatos, na oposição de dois contrários, só um deles representa a perfeição: o ímpar, a reta, o quadrado são bons e belos, as realidades opostas representam o erro, o mal e a desarmonia. (2007, p. 72.)

O corpo feminino cujo endereçamento do desejo afetivo e sexual se volta para o corpo igual, contrariando a lógica machista e heterossexual compulsória⁸ (RICH, 2012), é anunciado por Cida Pedrosa de modo espontâneo como a diversidade de gênero e sexual é vista hoje, salvo pelos olhares conservadores que, socialmente, ainda consiste em grande parte da população brasileira. Mas em se tratando de direitos, de garantia de ser e de estar no mundo, da felicidade das pessoas, o poema satisfaz neste sentido. Ele é construído a partir dessa imagem abjeta, a do corpo lesbiano, todavia, diferentemente do discurso conservador, tradicional, a abjeção, aqui, assim como o termo *queer*⁹ é politicamente positivado. O abjeto, longe de se tornar escória, de ser escondido, de não vir à tona, é tornado público, exibido, transita pelos espaços públicos. O corpo abjeto, então, encontra guarida interpretativa também na filosofia clássica, mas na contramão do pensamento pitagórico que veria os iguais em desarmonia e como imagem do feio.

É a visão de Heráclito, também vista aqui a partir de Eco (2007, p. 72), quando diz que para o filósofo referido a “harmonia não é ausência, mas equilíbrio de contraste”. Logo, pelas lentes culturais de hoje, ao ler o poema “angélica”, pode-se dizer que, à luz desse raciocínio, o pensamento, pessoas e práticas diversas habitam as sociedades de hoje e nem por isso encontramos o caos e a desarmonia no corpo social, na cultura. Quando os contrários conseguem conviver em respeito, todos com direito à vida e à felicidade, a harmonia se faz presente. Feio é/era, por assim dizer, o pensamento que enxergava a vida em sociedade, especificamente em se tratando dos corpos materializados das pessoas, sintonizados ou harmônicos numa relação assimétrica, *one way*. Isto é, a unilateralidade das relações se dava apenas em favor do masculino. Neste caso, do masculino heterossexual,

8 Segundo Rich, heterossexualidade compulsória é uma dinâmica discursiva e cultural que exige de todos os membros sociais a repetição de uma prática de gênero e sexual fundada em tradições que encontram respaldo na ciência, no jurídico, na medicina, na religião. Trata-se da assimilação e reiteração psíquica e material de o sujeito, pelo nascimento, organizar sua mente e vida na razão do um (macho e fêmea) para o diferente (fêmea e macho, respectivamente), tornando abjeta a relação estabelecida na desproporção entre os iguais (macho e macho, fêmea e fêmea).

9 O termo *queer*, em língua inglesa, passa de um insulto e de valor pejorativo (bicha, viado) a um valor político, como pode-se ver no título de um romance de Valdeck de Jesus, *Sim, sou gay, e daí?* (2012), que traduz o teor político e produtivo do termo hoje.

porque até mesmo as masculinidades não hegemônicas¹⁰ (CONNELL; PEARSE, 2015), não heterossexuais, eram rechaçadas pelo corpo social.

Em outro poema do mesmo livro, relacionado à mesma matéria do corpo feminino cujo desejo afetivo-sexual é endereçado a uma igual, encontramos a reiteração do tema enquanto valor positivo. Trata-se do poema “xênia”. Nele, a autora constrói o texto narrado por uma voz feminina que fala do corpo de mulher lesbiana. Se em “angélica” havia o pênis de plástico ou uma prótese, no dizer de Preciado (2014), apesar de as genitálias serem também “objetos de encaixe” (p. 17), segundo a voz que fala; aqui é dito que xênia “sempre gostou de mulher” e, posteriormente, “xênia continua gostando de mulher/ e agora/ escolhe qual gata agasalhar/ por entre as coxas” (PEDROSA, 2009, p. 73).

O corpo lesbiano, nesse sentido, adquire uma importância materializável, inteligível, harmônica quando pensado na proporção social e cultural do respeito mútuo, da existência do diverso para compor o equilíbrio de gênero, sexual. Preciado (2014) encontra na abjeção lésbica motivação política e ideológica para discutir fronteiras de gênero e diversidade sexual em sociedades em cujas estruturas ainda são encontrados resquícios de uma lógica perversa de interpretação do corpo feminino. Nesse sentido, pode-se falar que, ancoradas num mesmo espírito de época, as autoras aqui lidas e os estudiosos trazidos à tona para fundamentar a minha ideia em desenvolvimento tomam a matéria corpo como base de sustentação de suas reflexões. Mas não qualquer corpo: trata-se do corpo feminino exercendo vários papéis sociais nas culturas em que se encontram.

Ao refletir sobre a noção de abjeto, relacionada ao corpo, Kristeva (1980) entabula uma discussão de ordem psicanalítica, conduzindo a questão para o rechaço do feio, a negação do sujo, seja este relacionado à moral ou às excrecências. Metaforicamente, o abjeto, segundo a teórica, não se configura unicamente enquanto matéria a ser expulsa (como o vômito, as fezes), mas a expulsão dessas excrecências favorece, de certo modo, outra reflexão, a centrada na existência da matéria abjetável enquanto parte do sujeito que lança fora o “imprestável”. Ao expulsar, ao se limpar pelo lançar fora os dejetos, estes acabam sendo incorporados à consciência reflexiva do sujeito que, por ora, ou esquece essa matéria que adquire valor na formulação subjetiva do ser ou convive pacificamente com essa noção sem prejuízo para a existência.

10 Connell e Pearse (2015) chamam masculinidade hegemônica aquela que agrupa em seu conjunto homens brancos, estudados, de origem nobre ou endinheirada, cristãos e heterossexuais. São esses que dominam as estruturas de poder. As demais masculinidades são rechaçadas (homens negros, pobres, analfabetos, não cristãos, não heterossexuais).

Sousa e Ferreira (2010), quando discutem na arte moderna a abjeção de que fala Kristeva (1980), assim se posicionam:

Kristeva (1988) vê na abjeção um modo que provoca, na arte contemporânea, profundas mudanças, quando esta se refere à utilização do corpo como matéria e suporte de investigação. O abjeto testa os limites da sublimação e afirma que o papel do artista não é sublimá-lo, mas sim investigar, explorar, sondar a ordem social em crise. (SOUSA; FERREIRA, 2010, p. 83.)

É nessa perspectiva, a da sondagem, da especulação, da exploração da matéria abjeta, que o corpo feminino negro, o corpo lesbiano, ou tão somente o corpo feminino, foi rechaçado secularmente por ter sido associado a mazelas espirituais dentro da perspectiva cristã de interpretar o mundo. O que as autoras Luiza Romão e Cida Pedrosa fazem corroborar essa ideia dos estudiosos citados, a de que, enquanto artistas contemporâneas, escritoras de hoje, não sublimam as relações de poder, afeto e sexo existente entre as mulheres de seus poemas em relação aos homens, à sociedade, às iguais. Elas inserem essa discussão (polêmica para muitos) num momento de crise, porque, como afirmou Berman (1986), referindo-se à estruturas e a valores sociais tradicionalmente incorporados no cotidiano das pessoas do Ocidente, “tudo que é sólido desmancha no ar” (título do livro do referido autor). Esse desmanchar, seja paulatino ou abrupto, estabelece uma crise: crise do sujeito, crise de instituições, crise de valores, crise na arte etc.

Considerações finais

Nesse sentido, pelo que foi discutido até o presente momento, é de se dizer afirmativamente que muitas mulheres de hoje estão investindo na problematização do corpo como matéria linguística, como matéria poética. Este artefato biológico e cultural deixa de ser explorado por vozes masculinas que o alocaram em lugares ou espaços menores, inferiores (ou por vozes femininas que reiteraram o prestígio masculinista em detrimento de si) e passa a ser elevado a uma potência afirmativa, empoderada através da escrita de mulheres compromissadas com as questões políticas e ideológicas relacionadas aos corpos de si. Aqui nos centramos na poesia de Luiza Romão e Cida Pedrosa, mas não se pode deixar de falar de outras escritoras que seguiram o mesmo itinerário, a exemplo de Helena Parente Cunha (*Corpo no cerco*), Hilda Hilst (*Bufólicas*), Angélica Freitas (*O útero é do tamanho de um punho*), Fernanda Young (*Dores de amor romântico*), Paula Ziegler (*Poesia quase erótica*) entre tantas.

Como discussão final sobre corpos que importam, há muito ainda a ser debatido nas frentes sociais e culturais sobre os modos de pensar o corpo feminino nos dias de hoje, quando mentes democráticas convivem em contínuo conflito com mentes conservadoras. Estas não respeitam o direito mútuo, a coexistência da diversidade. Quando pessoas aderem ao modo democrático de viver em sociedade, sobretudo, vivendo a alteridade, possibilita-se a construção de ideias afirmativas, como as das escritoras aqui relacionadas, que intervêm politicamente sobre o corpo como matéria poética. Dessa forma, não só a política, a filosofia, a teoria refletem sobre essa matéria. A poesia dá importância ao que já é por si só importante: a vida, o corpo feminino.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, Tomaz. “A história feminina do Brasil em ‘Sangria’, de Luiza Romão”. *Revista Fórum*, Santos, 22 dez. 2017. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/colunistas/historia-feminina-do-brasil-em-sangria-de-luiza-romao/>>. Acesso em: 30 maio 2020.
- BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*, v. 2: a experiência vivida. Trad. Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- BEDASEE, Raimunda. *A violência do universo feminino na visão de Marie-Claire Blais*. Feira de Santana: EdUEFS, 1999.
- BERMAN, Marshal. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. Trad. Carlos Felipe Moisés e Ana L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Trad. Maria H. Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BUTLER, Judith. *Cuerpos que importan: Sobre los límites materiales y discursivos del “sexo”*. Trad. Alicira Bixio. Buenos Aires: Paidós, 2010.
- _____. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. *Gênero. Uma perspectiva global: compreendendo o gênero – da esfera pessoal à política – no mundo contemporâneo*. 3. ed. Trad. Marília Moschkovich. São Paulo: nVersos, 2015.
- CUNHA, Helena Parente. *As doze cores do vermelho*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1988.
- _____. *Violência simbólica e estratégia de dominação*. Rio de Janeiro: Da Palavra, 2011.
- DELEUZE, Giles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*, vol. 3. Trad. Aurélio Guerra Neto et. al. São Paulo: Editora 34, 1996.
- ECO, Umberto. *História da beleza*. Trad. Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Record, 2007.

- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade*, vol. 1. A vontade de saber. Trad. Maria T. C. Albuquerque e José A. G. Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- _____. *Vigiar e punir: o nascimento da prisão*. Trad. Maria T. C. Albuquerque e José. A. G. Albuquerque. Petrópolis: Vozes, 1987.
- HILST, Hilda. *Bufólicas*. São Paulo: Globo, 2002.
- JESUS, Valdeck Almeida de. *Sim, sou gay, e daí?* São Paulo: Chiado, 2012.
- KRISTEVA, Julia. *Pouvoirs de l'horreur: Essai sur l'abjection*. Paris: Seuil, 1980.
- PEDROSA, Cida. *As filhas de Lilith*. Rio de Janeiro: Caliban, 2009.
- PRADO, Adélia. *Bagagem*. São Paulo: Siciliano, 1991.
- PRECIADO, Paul Beatriz. *Manifesto contrassexual*. Trad. Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 Edições, 2014.
- PRINS, Baukji; MEIJER, Irene Costera. “Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 155-67, 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2002000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 jun. 2020.
- RICH, Adrienne. “Heterossexualidade compulsória e existência lésbica”. Trad. Carlos G. do Valle. *Bagoas*, João Pessoa, v. 4, n. 5, pp. 17- 44, 2012.
- ROMÃO, Luiza. *Sangria*. São Paulo: Edição do Autor (Selo do Burro), 2017.
- SANT'ANNA, Afonso Romano de. *Canibalismo amoroso*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- SANTOS, Lígia Pereira dos. *Mulher e violência: histórias do corpo negado*. Campina Grande: EdUEPB, 2008.
- SCHÜLER, Donald. *Teoria do romance*. São Paulo: Ática, 1989.
- SOUSA, Edson Luiz André de; FERREIRA, Silvia. “Marcas do abjeto na arte contemporânea”. *Tempo psicanalítico*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 1, pp. 75-88, 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382010000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 8 jun. 2020.
- TOURAINÉ, Alain. *O mundo das mulheres*. Trad. Francisco Moras. Petrópolis: Vozes, 2010.